



CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
PROVA DE CONHECIMENTOS GERAIS- ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE- Lei
8.069/90

DATA DA APLICAÇÃO: 07/07/2019

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO

1. Ao receber este caderno, aguarde a autorização do fiscal de sala e em seguida confira se ele contém 20 (VINTE) questões 18(DEZOITO) objetivas e 02(DUAS) Subjetivas numeradas sequencialmente de 1 a 20, cada uma com 4 (QUATRO) alternativas indicadas pelas letras 'A' a 'D', das quais, somente uma corresponderá à resposta certa para a questão.
2. O cartão de respostas será entregue oportunamente pelos fiscais de sala. Ao recebê-lo, lembre-se de assinar no local indicado.
3. No cartão de respostas marque a letra correspondente à resposta correta para a questão conforme o seu julgamento, utilizando caneta esferográfica de tinta azul ou preta, conforme exemplo abaixo:



Atenção: A marcação de mais de uma alternativa anula a questão, mesmo que uma das respostas esteja correta.

4. A aplicação da prova deverá ter a duração de 03(três) horas, sendo que o candidato só poderá retirar-se da sala depois de decorrida 01(uma) hora do início da prova.
5. Não será permitido o candidato levar a prova. As provas, os gabaritos, os resultados e demais informações serão divulgados no site oficial da Prefeitura Municipal de Santa Quitéria.
www.santaquiteria.ce.gov.br
6. Durante a realização da prova objetiva, não será admitida, sob pena de exclusão do presente certame, qualquer espécie de consulta e comunicação entre os candidatos.
7. Os aparelhos eletrônicos deverão ser desligados ao adentrar na sala de prova,
8. Não será permitido a utilização de corretivo, marca-texto, régua, pincel, grafite, livros, manuais, impressos ou anotações, relógios, calculadoras, pulseiras, fone de ouvido, gravador, ou qualquer outro receptor ou transmissor de mensagens e dados.
9. Os três últimos candidatos deverão permanecer na sala até que o último candidato entregue a folha de respostas.

BOA PROVA!



NAS QUESTÕES NUMERADAS DE 01 A 18, ASSINALE A ALTERNATIVA QUE RESPONDE CORRETAMENTE AO ENUNCIADO.

01. De acordo com a Lei Nº 8.069, DE 13 de julho de 1990, Art. 2º, é correto afirmar que:

- A.** Considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade;
- B.** Considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa com até treze anos de idade completos, e adolescente aquela pessoa entre treze e vinte e um anos de idade;
- C.** Considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa com até onze anos incompletos, e adolescentes aquela entre doze e dezoito anos de idade;
- D.** Criança, a pessoa com até doze anos de idade completos, e adolescentes a pessoa entre quatorze e 18 dezoito anos de idade;

02. De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, assinale a alternativa correta:

- A.** O deferimento da tutela independe de prévia decretação da perda ou suspensão do poder familiar.
- B.** A tutela será deferida, nos termos da lei civil, a pessoa de até 18 (dezoito) anos incompletos.
- C.** O deferimento da tutela não implica o dever de guarda.
- D.** A adoção é medida excepcional e revogável.

03. Art. 47 da Lei 8.069/90 – “O vínculo da adoção constitui-se por sentença judicial, que será inscrita no registro civil mediante mandado do qual não se fornecerá certidão”. Analise as afirmativas baseadas nos parágrafos do artigo citado.

I – A inscrição consignará o nome dos adotantes como pais, bem como o nome de seus ascendentes.

II – O mandado judicial, que será arquivado, não cancelará o registro original do adotado.

III – A pedido do adotante, o novo registro poderá ser lavrado no Cartório do Registro Civil do Município de sua residência.

IV - Observações sobre a origem do ato poderão constar nas certidões do registro. Assinale a alternativa CORRETA.

A. Somente III está correta.

B. I e III estão corretas.

C. I, II e IV estão corretas.

D. Todas as afirmativas estão corretas.

04. Assinale a alternativa referente a uma das obrigações que, de acordo com o Art. 94, da Lei 8.069/90, as entidades que desenvolvem programas de internação têm.

A. Fornecer comprovante de depósito dos pertences dos adolescentes.

B. Restringir todo direito que não tenha sido objeto de restrição na decisão de internação.

C. Eliminar arquivo de anotações onde constem data e circunstâncias do atendimento, nome do adolescente, seus pais ou responsável, parentes, endereços, sexo, idade, acompanhamento da sua formação, relação de seus pertences e demais dados que possibilitem sua identificação e a individualização do atendimento.

D. Privar cuidados médicos, psicológicos, odontológicos e farmacêuticos.

05. São atribuições do Conselho Tutelar (Art. 136 do ECA) e Infrações administrativas(Art. 249 do ECA).

I. Encaminhar ao Ministério Público notícia de fato que constitua infração administrativa ou penal contra os direitos da criança ou adolescente;

II – Representar ao Ministério Público para efeito das ações de perda ou suspensão do poder familiar, após esgotadas as possibilidades de manutenção da criança ou do adolescente junto à família natural;

III – Promover a execução de suas decisões, podendo para tanto, requisitar serviços públicos na área de saúde;

IV – Expedir notificações;

V – Encaminhar à autoridade judiciária os casos de sua competência;

VI- Representar perante a autoridade judicial ou Conselho Tutelar visando a aplicação de multa quando houver o descumprimento dos deveres inerentes ao poder familiar

A. Apenas II, III e VI estão incorretas;

B. Apenas I, II e IV estão corretas;

C. Apenas II, III e V estão incorretas;

D. Todas alternativas estão corretas;

06. De acordo com o Art. 140, da Lei 8.069/90, NÃO são impedidos de servir no mesmo Conselho:

A. Primos.

B. Cunhados.

C. Sogro e genro ou nora.

D. Tio e sobrinho.

07. Menina de 3 anos foi espancada pelo pai por não ter usado o penico. A tia da criança tenta ficar com ela, autorizada pela justiça do Rio de Janeiro. A informação foi confirmada pelo delegado titular da 32.^a Delegacia de Polícia de Jacarepaguá, e a criança está sob a guarda do Conselho Tutelar, após ter sido encaminhada para o Instituto Médico Legal (IML). Internet: (com adaptações).

Considerando a situação apresentada no texto, assinale a alternativa que apresenta a hipótese correta, segundo a qual poderá a criança ficar com a tia.

A. Nesse caso, é cabível a concessão de tutela, em razão de a criança contar com idade inferior a 18 anos, ressalvada a necessidade de suspensão ou perda do poder familiar.

B. A tia obriga-se, ao receber a criança como família substituta, a prestar-lhe, exclusivamente, assistência material.

C. A tia somente poderá adotar a criança se comprovar que é maior de 21 anos e civilmente casada.

D. A criança, ao ficar com a tia, deverá ser submetida, mensalmente, a acompanhamento psicológico para verificar a existência de condições mínimas de adaptação e integração ao convívio familiar.

08. Um bebê recém-nascido foi encontrado em um terreno baldio em Guaratiba, na Zona Oeste do Rio de Janeiro, e foi levado ao Hospital Rocha Faria, onde está sob observação. De acordo com o hospital, a criança aparentava ter um mês de nascida e chegou com marcas de picadas de inseto no rosto, mas não apresentava sinais de maus-tratos. O Conselho Tutelar foi acionado e afirmou que vai encaminhar a criança à Vara da Infância. De acordo com o Conselho, caso não sejam encontrados os pais do bebê, ele será encaminhado para uma família substituta. Internet: (com adaptações).

Considerando a situação apresentada no texto, assinale a alternativa correta quanto ao procedimento para colocação em família substituta de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente.

A. O pedido para colocação em família substituta poderá ser feito pelos próprios interessados, com assistência obrigatória de advogado ou defensor público, caso os

pais da criança sejam falecidos, tenham sido destituídos ou suspensos do poder familiar, ou tenham aderido expressamente ao pedido de colocação em família substituta.

B. O Conselho Tutelar poderá, em caráter emergencial, colocar a criança sob a guarda de pessoa inscrita em programa de acolhimento familiar e comunicar a autoridade judiciária, no prazo máximo de cinco dias, para que sejam tomadas as providências cabíveis quanto à suspensão ou à perda do poder familiar.

C. A colocação em família substituta não depende de suspensão ou perda do poder familiar. O procedimento relativo ao poder familiar é específico e depende da realização de estudo social ou, se possível, de perícia por equipe interprofissional, por ordem da autoridade judiciária, de ofício ou em deferimento a pedido das partes ou do Ministério Público.

D. Sendo a criança colocada em regime de acolhimento familiar, deverá a autoridade judiciária manter um cadastro, de acesso restrito ao Poder Judiciário e membros do Ministério Público, para acompanhamento da situação jurídica dessa criança.

09. Uma criança encontrada acorrentada, quando deveria estar aos cuidados da avó, que, ao sair para trabalhar, a deixa nessa situação com o conhecimento da mãe, é prova inequívoca de violação dos direitos básicos. O Conselho Tutelar, ao ser comunicado de tal fato, deverá adotar medidas que visem interromper a situação de lesão aos direitos. Considerando a autoridade e a autonomia do Conselho para proferir decisões, assinale a alternativa correta.

A. Enquanto não suspensa ou revista pelo Poder Judiciário, a decisão proferida pelo Conselho Tutelar deve ser imediata e integralmente cumprida pelo seu destinatário.

B. A atuação do Conselho Tutelar visa apresentar soluções provisórias, cabendo ao Poder Judiciário deferir as soluções definitivas.

C. O Conselho Tutelar atua de modo independente e visa efetivar medidas para a interrupção da situação de dano; caso dependa da atuação de outros órgãos, deverá ser requerida a intervenção pelo Poder Judiciário.

D. O exercício da autonomia do Conselho Tutelar isenta seus membros de responderem pelas obrigações funcionais e administrativas junto a órgão ao qual está vinculado.

10. O Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, em seu artigo 112 ao 128, refere-se às Medidas Socioeducativas, responda afirmação correta:

A. A Prestação de Serviço a Comunidade consiste na realização de tarefas gratuitas de interesse geral, por período não excedente a quatro meses.

B. A Liberdade Assistida será fixada pelo prazo mínimo de três meses, podendo a qualquer tempo ser prorrogada, revogada ou substituída por outra medida.

C. Da Obrigação de Reparo o Dano , a autoridade poderá determinar, se for o caso, que o adolescente não restitua a coisa, e o não ressarcimento do dano.

D. A Semiliberdade não comporta prazo determinado aplicando-se, no que couber, as disposições relativas à internação.

11. Sobre o Art. 83º a 85º da Lei 8.069/90 da Autorização para Viajar:

1) Não é necessário autorização nem de pais ou de juiz para criança e adolescente menor de 16 anos viajar em âmbito nacional com algum ascendente(avó, bisavó).

2) É necessário autorização do juiz para criança ou adolescente menor de 16 anos viajar em âmbito nacional, sem estar acompanhada por uma pessoa maior de idade.

3) Para uma criança ou adolescente viajar para o exterior só com a presença do pai ou só com a presença da mãe é necessário autorização judicial ou autorização expressa do pai ou da mãe que não for viajar.

São Corretas as afirmações

A. 1 e 2 apenas.

B. 2 e 3 apenas.

C. 1, 2 e 3.

D. 1 e 3 apenas.

12. O artigo 172 do ECA determina que, quando um adolescente é apreendido em flagrante de ato infracional, deve ser, desde logo, encaminhado:

- A. à autoridade policial competente**
- B. ao Conselho Tutelar**
- C. aos seus pais ou ao seu responsável**
- D. a um programa específico de atendimento, conforme o caso.**

13. Carla, de 11 anos de idade, com os pais destituídos do poder familiar, cresce em entidade de acolhimento institucional faz dois anos, sem nenhum interessado em sua adoção habilitado nos cadastros nacional ou internacional. Sensibilizado com a situação da criança, um advogado, que já possui três filhos, sendo um adotado, deseja acompanhar o desenvolvimento de Carla, auxiliando-a nos estudos e, a fim de criar vínculos com sua família, levando-a para casa nos feriados e férias escolares. De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, de que forma o advogado conseguirá obter a convivência temporária externa de Carla com sua família?

- A. Acolhimento familiar.**
- B. Guarda estatutária.**
- C. Tutela.**
- D. Apadrinhamento.**

14. Os irmãos João, 12 anos, Jair, 14 anos, e José, 16 anos, chegam do interior com os pais, em busca de melhores condições de vida para a família. Os três estão matriculados regularmente em estabelecimento de ensino e gostariam de trabalhar para ajudar na renda da casa.

- A. João: não; Jair: contrato de aprendizagem; José: contrato de trabalho especial, salvo atividades noturnas, perigosas ou insalubres.**

B. João: contrato de aprendizagem; Jair: contrato de trabalho especial, salvo atividades noturnas, perigosas ou insalubres; José: contrato de trabalho.

C. João: não; Jair e José: contrato especial de trabalho, salvo atividades noturnas, perigosas ou insalubres

D. João: contrato de aprendizagem; Jair: contrato de aprendizagem; José: contrato de aprendizagem.

15. Dona Maria cuida do neto Paulinho, desde o nascimento, em razão do falecimento de sua filha, mãe do menino, logo após o parto. João, pai de Paulinho, apenas registrou a criança e desapareceu, sem nunca prestar ao filho qualquer tipo de assistência. Paulinho está tão adaptado ao convívio com a avó materna, que a chama de mãe.

Passados dez anos, João faz contato com Maria e diz que gostaria de levar o filho para morar com ele. Maria, desesperada, procura um advogado para obter orientações sobre o que fazer, já que João é foragido da Justiça, com condenação por crime de estupro de vulnerável, além de nunca ter procurado o filho Paulinho, que não o reconhece como pai.

De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, assinale a opção que indica a ação mais indicada para regularizar de forma definitiva o direito à convivência familiar da avó com o neto.

A. Ação de Destituição do Poder Familiar cumulada com Adoção.

B. Ação de Destituição do Poder Familiar cumulada com Tutela.

C. Ação de Destituição do Poder Familiar cumulada com Guarda.

D. Ação de Suspensão do Poder Familiar cumulada com Guarda.

16. As medidas que podem ser aplicadas pela autoridade competente ao adolescente NÃO INCLUEM a:

- A. Inserção em regime de semiliberdade.
- B. Perda da Guarda.
- C. Obrigação de reparar o dano.
- D. Liberdade assistida.

17. Dentre as atribuições do Conselho Tutelar é *FALSA* a alternativa:

- A. Representar ao Ministério Público, para efeito de ações de perda ou suspensão do poder familiar.
- B. As decisões do Conselho Tutelar somente poderão ser revistas pela autoridade ministerial (Ministério Público).
- C. Requisitar certidões de nascimento e de óbito de criança ou adolescente quando necessário.
- D. Atender e aconselhar os pais ou responsável e aplicar medidas de proteção.

18. Em matéria de Estatuto da Criança e do Adolescente, quanto ao direito à profissionalização e a proteção do trabalho, é *CORRETO* afirmar:

- A. O adolescente, até completar 16 anos, não poderá realizar trabalho considerado perigoso ou insalubre.
- B. Ao adolescente que exerce trabalho na condição de aprendiz são obrigatoriamente assegurados os direitos trabalhistas e previdenciários.
- C. O adolescente, que exerce trabalho na condição de aprendiz, fica dispensado da frequência ao ensino regular, se incompatível com horário de serviço.
- D. O adolescente, a partir dos 13 anos, pode trabalhar como aprendiz, desde que preservado o direito à educação e o horário de trabalho seja compatível com a frequência escolar.

19. “Abuso lidera ocorrências de violência sexual contra crianças e adolescentes no Ceará”

A segunda prática mais registrada pelo canal de denúncias foi a **exploração sexual**, com 71 casos verificados entre janeiro e junho do ano passado. A **pornografia infantil** aparece em seguida com 7 ocorrências no mesmo período.

No Ceará, com 245 ocorrências, **o abuso sexual** foi a prática mais registrada por meio de denúncias ao Disque 100 no primeiro semestre de 2018, o equivalente a 75% do total.

Os dados do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MDH) revelam, ainda, que de janeiro a dezembro de 2017, o Disque 100 recebeu, do Ceará, 780 denúncias relativas à violência sexual contra crianças e adolescentes, resultando no registro de 879 práticas de violência. Novamente, o abuso sexual liderou o número de registros, com 627 ocorrências. O enfrentamento às práticas se dá por meio do fortalecimento das redes de proteção.

A entidade recomenda que todos os casos devem ser comunicados ao Conselho Tutelar, que deve aplicar as medidas de proteção para atender as vítimas de violência. Também deve ser procurada a Delegacia de Polícia, para que sejam tomadas as providências necessárias contra os autores.

Por Redação, metro@verdesmares.com.br 14:27 / 18 de Maio de 2019

De acordo com o enunciado, responda:

De acordo com a notícia veiculada na internet e descrita nesta prova, a mencionada **“A entidade recomenda que todos os casos devem ser comunicados ao Conselho Tutelar”**. Disserte sobre as medidas de proteção, as medidas pertinentes aos pais e das atribuições do Conselho Tutelar, que poderão ser aplicadas por este órgão, em caso de violação dos direitos das crianças e adolescentes.



CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
PROVA DE CONHECIMENTOS GERAIS- ESTATUTO DA CRIANÇA E DO
ADOLESCENTE- Lei 8.069/90
DATA DA APLICAÇÃO: 07/07/2019

| | |
|---|--|
| CANDIDATO: | |
| CPF: _____ - _____ | |
| CARTÃO DE RESPOSTAS | |
| <hr style="width: 80%; margin-left: 0;"/> <p align="center">Assinatura do Candidato</p> | <p>ATENÇÃO! Instruções para preenchimento</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Não dobre ou rasure este cartão de respostas 2. Marque apenas uma resposta por questão 3. Todas as questões devem ser respondidas com caneta azul ou preta 4. Responda apenas a quantidade de questões relativas à sua prova 5. Preencher totalmente o espaço conforme o modelo abaixo: <p align="center">● Forma correta de preenchimento</p> |

| | A | B | C | D | | A | B | C | D |
|----|----------|----------|----------|----------|----|----------|----------|----------|----------|
| 00 | ● | ○ | ○ | ○ | 11 | ○ | ○ | ○ | ○ |
| 01 | ○ | ○ | ○ | ○ | 12 | ○ | ○ | ○ | ○ |
| 02 | ○ | ○ | ○ | ○ | 13 | ○ | ○ | ○ | ○ |
| 03 | ○ | ○ | ○ | ○ | 14 | ○ | ○ | ○ | ○ |
| 04 | ○ | ○ | ○ | ○ | 15 | ○ | ○ | ○ | ○ |
| 05 | ○ | ○ | ○ | ○ | 16 | ○ | ○ | ○ | ○ |
| 06 | ○ | ○ | ○ | ○ | 17 | ○ | ○ | ○ | ○ |
| 07 | ○ | ○ | ○ | ○ | 18 | ○ | ○ | ○ | ○ |
| 08 | ○ | ○ | ○ | ○ | | | | | |
| 09 | ○ | ○ | ○ | ○ | | | | | |
| 10 | ○ | ○ | ○ | ○ | | | | | |

